



Universidade Técnica de Lisboa

**INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO**



**DOCUMENTO DE TRABALHO Nº 13/91**

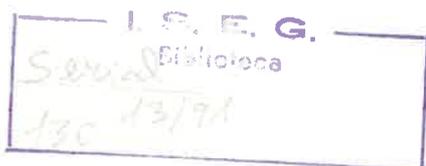
ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE  
PADRÕES DE COMERCIO BILATERAL:  
PORTUGAL FACE À CEE E PALOP (\*)

PAULA FONTOURA (\*\*)

**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**



Universidade Técnica de Lisboa  
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA



DOCUMENTO DE TRABALHO Nº 13/91

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE  
PADRÕES DE COMERCIO BILATERAL:  
PORTUGAL FACE À CEE E PALOP (\*)

PAULA FONTOURA (\*\*)

Maio de 1991

- \* Agradeço à Prof.<sup>ª</sup> Fátima Moura Roque valiosos contributos para o desenvolvimento deste artigo.
- \*\* Professora Auxiliar do ISEG



### Resumo

Este artigo consiste numa análise, baseada em contributos teóricos recentes, sobre a natureza bilateral do comércio Português de bens manufacturados, entre 1980-87. A CEE e os PALOP são as áreas que servem de suporte à análise empírica, pelas suas características diferenciadas, e pelo relevo que têm merecido, tanto em termos históricos como na perspectiva da configuração actual da especialização Portuguesa. Os resultados permitem identificar padrões bilaterais no comércio Português, o que tem implicações ao nível da exploração das vantagens comparativas mais adequadas em cada caso.

### Abstract

This article consists of an analysis, based on recent theoretical contributions, concerning the bilateral nature of Portuguese trade in manufactured goods between 1980-87. The EEC and the African Portuguese ex-colonies (PALOP) are the areas that afford a support to empirical analysis. They were chosen on account of their distinct characteristics, and particular importance displayed, both in historical terms as well as future prospects for the present Portuguese specialization. The results enable one to identify bilateral patterns in Portuguese trade, which has implications regarding the more appropriate comparative advantage in each case.



Algumas Reflexões sobre Padrões de Comércio Bilateral :  
Portugal face à CEE e PALOP

Paula Fontoura \*

(ISEG, Universidade Técnica de Lisboa)

Portugal tem exportado para países com características distintas no que se refere à estrutura produtiva e níveis de desenvolvimento. Uma boa padronização destas diferenças reside nos mercados que têm tradicionalmente configurado o comércio externo Português: a CEE e os PALOP (1).

Ora, o estudo do padrão do comércio externo Português do ponto de vista dos factores que o determinam tem sido feito de uma forma "globalizante", isto é, sem que as características específicas dos parceiros comerciais sejam consideradas (2). O motivo essencial decorre das limitações das teorias que, convencionalmente, têm enquadrado esta análise, no que se refere à abordagem das relações comerciais bilaterais.

Recentemente, porém, importantes pistas teóricas têm sido fornecidas ao estudo de padrões de comércio bilateral, constituindo guia e incentivo ao trabalho empírico.

O objectivo deste artigo consiste em algumas reflexões, incentivadas por esses contributos teóricos, sobre os factores que determinam o padrão de comércio externo Português de bens manufacturados no âmbito das duas áreas geográficas mencionadas.

A CEE absorve actualmente a maior parte do comércio externo Português (3), mas a identificação de factores de especialização consoante a estrutura dos mercados de destino

\* Agradeço à Prof.ª Fátima Moura Roque valiosos contributos para o desenvolvimento deste artigo.

pode contribuir para uma maior diversificação dos fluxos comerciais.

O período analisado foi circunscrito a 1980-1987, demarcando o início de uma certa "estabilidade" nas relações comerciais com os PALOP após a conturbada experiência do período pós-independência nestes países; 1987 foi o ano mais recente para o qual foi possível obter dados.

Na secção 1, resumem-se as principais referências teóricas para uma análise do comércio bilateral. Na secção 2.1, procede-se ao estudo empírico desta questão no caso Português, e na secção 2.2., analisam-se os resultados obtidos e salientam-se as principais conclusões.

### 1. A teoria do comércio bilateral

No contexto das teorias do "comércio internacional do lado da oferta" considera-se, por um lado, que o padrão da vantagem comparativa (4) é a determinante aproximada do comércio; por outro, que a vantagem comparativa pode ser explicada por diversos factores, que determinam custos relativos diferentes nos países que estabelecem relações comerciais (5).

De uma forma geral, estas teorias- que fundamentam a maioria dos estudos empíricos sobre a identificação dos factores determinantes da especialização produtiva de um país- referem-se a dois países ou, se consideram muitos países, focam o comércio total. Ou seja, ignoram (ou referem de forma marginal) a existência de eventuais diferenças no comércio bilateral.

Consequentemente, a análise empírica do padrão de comércio externo de um país, quando teoricamente fundamentada, tem sido feita sem desagregação dos parceiros comerciais; alternativamente, alguns estudos procedem a esta desagregação sem suporte teórico.

Parece, todavia, plausível, que os factores de especialização possam divergir com o grau de desenvolvimento

dos parceiros comerciais, sobretudo se existirem diferenças acentuadas. Por exemplo, no contexto da teoria Heckscher-Ohlin, que salienta as diferenças na dotação relativa dos factores como causa de comércio, resulta da própria lógica da formação da vantagem comparativa que um país, capaz de produzir bens com intensidades factoriais diferentes, tenha uma vantagem comparativa em bens intensivos em capital relativamente aos países menos desenvolvidos, mesmo que relativamente aos países mais desenvolvidos a sua vantagem comparativa resida na utilização intensiva de trabalho.

Estas interrogações são analisadas em estudos teóricos recentes sobre a problemática do comércio bilateral. Trata-se de uma análise ainda na sua "infância", mas que, relativamente a contributos anteriores, permite identificar padrões diversos de comércio bilateral e fornece pistas para uma fundamentação teórica rigorosa.

O facto de a maior parte das análises sobre o padrão de comércio de um país se circunscrever ao comércio total- assumindo-se implicitamente que o padrão de especialização é invariante relativamente ao destino das exportações- tem razões de "tradição" analítica. Assim, é geralmente reconhecido que o padrão de especialização de um país é muito influenciado pela sua dotação factorial relativa, constituindo referência teórica básica o modelo de Heckscher-Ohlin (HO) e respectivo teorema. Ora, o teorema HO foi originalmente aplicado ao caso de dois países, e tal simplificação foi, em geral, mantida, mesmo através das vicissitudes relacionadas com a sua generalização (6).

A generalização do teorema HO a muitos países terá aliás sido secundarizada face às complicações encontradas na generalização a situações mais prementes, como é o caso do comércio com muitos bens e muitos factores. Neste mundo, as potencialidades do teorema são conhecidas desde Deardorff (1980): está só garantida uma correlação entre vantagem comparativa e direcção do comércio, não sendo possível conhecer com rigor a situação particular de cada indústria.

As razões relacionam-se com o efeito do equilíbrio geral nos preços dos factores - que tendem a remover as diferenças no custo dos factores que dão origem ao comércio- e a elasticidade das funções da oferta- que, se suficientemente elásticas, podem significar que as quantidades comercializadas dependem mais da procura que da oferta (7).

Algum suporte teórico para uma análise do comércio bilateral pode, todavia, ser encontrado em desenvolvimentos da teoria pura tradicional do comércio, em particular no contexto da teoria HO (8).

Em estudos pioneiros de comércio bilateral, a cadeia de "Jones" para dois países, dois factores de produção e muitos bens, é generalizada para muitos países.

Em Jones (1956), a ordenação dos bens segundo o rácio capital-trabalho duplica a ordenação segundo os preços relativos autárquicos (vantagem comparativa), sendo por isso as exportações do país abundante em capital todas capital intensivas relativamente às suas importações. Bhagwati (1972) mostrou que a cadeia não se aplica quando existe igualização do preço dos factores, mas Deardorff (1979) validou-a no caso de tal igualização não se verificar.

Krueger (1977) e Deardorff (1979) concluíram que, com muitos países ordenados segundo a sua dotação factorial, para cada país o seu padrão de comércio depende da posição que ocupar no ordenamento, e que as exportações de um país devem ser pelo menos tão capital-intensivas como as exportações de todos os países menos abundantes em capital, e pelo menos tão trabalho-intensivas como as exportações de todos os países menos abundantes em trabalho (Deardorff, ob. cit, p.206).

Desta análise que, segundo o próprio Deardorff, "have dealt only tangentially, if at all, with bilateral patterns of trade" (1987, p. 9), Khanna (1982) precisa que qualquer país, desde que não se situe no extremo da cadeia, deve exportar bens relativamente mais intensivos em capital para países com dotações capital/trabalho menos elevadas; e exportar bens relativamente mais intensivos em trabalho para países com dotações capital/trabalho menos baixas. Esta dedução é retomada em Havrylyshyn e Wolf (1987), ... "more at

a heuristic rather than a strictly rigorous level" (p. 161). Raciocínio idêntico, mas simétrico, foi aplicado às importações (v. por ex., Baldwin, 1979, e Havrylyshyn, 1987).

Uma análise mais rigorosa de padrões de comércio bilateral é feita em Deardorff (1987). Tomando como referência o caso de um país de desenvolvimento intermédio, Deardorff identificou três padrões possíveis: um padrão "intuitivo", em que as exportações de um país semi-desenvolvido para países desenvolvidos são mais intensivas em trabalho do que as suas exportações para países menos desenvolvidos, um padrão "contra-intuitivo", em que acontece justamente o contrário; e um padrão "neutral" em que os padrões bilaterais são idênticos.

No contexto do modelo HO tradicional, com comércio livre e preferências homotéticas idênticas, o resultado mais provável é o padrão "neutral" (Deardorff, ob cit). Se países de desenvolvimento intermédio produzirem bens que não são produzidos em mais lado nenhum, as suas exportações bilaterais tenderão a ser as mesmas. O grau de sobreposição dos padrões de produção constitui, então, a chave para o resultado final (Kierzkowski, 1987, p. 22). Diferenças importantes na dotação factorial tendem a favorecer padrões de comércio bilateral "neutrais", ao tornar essa sobreposição menos provável.

Num mundo com um continuum de bens, ou seja, em que um número infinito de bens é produzido, bens diferentes tendem a ser produzidos em cada país, e a "neutralidade" torna-se a característica fundamental do padrão de comércio. Por outro lado, quanto maior for o número de bens produzidos, maior é a tendência para a "neutralidade" (9).

Padrões de comércio "intuitivos e "contra-intuitivos" tornam-se prováveis em contextos com barreiras ao comércio/custos de transporte. Este resultado foi salientado por alguns autores, mas, de uma forma geral, a análise visa mais fornecer "reasons for the observation" (Havrylyshin e Wolf, 1987, p. 161) do que fundamentar rigorosamente os

resultados obtidos. Deardorff (1987) fornece um enquadramento teórico sólido, "...perhaps first of all" (Kierkowsky, 1987, p. 21).

Krueger (1977) concluiu, "as a by-product of her analysis of patterns of specialization" (Deardorff, 1987, p. 9), que custos de transporte elevados podem justificar a formação de padrões de comércio "intuitivos" (p. 21). Havrylyshyn e Wolf (1987) precisaram que o direccionamento das exportações parece poder ser explicado em grande medida por barreiras externas às exportações de um país, e por uma política interna de apoio às exportações (ob. cit, pp. 161-164).

Deardorff (1987), num modelo em que os custos de transporte constituem uma fracção de cada bem e dependem da distância entre os países - aumentando (e tornando-se de facto proibitivos) para grandes distâncias- explicou a emergência de padrões de comércio "intuitivos" e "contra-intuitivos" como resultado destas barreiras, e ainda o facto de os padrões de comércio "intuitivos" serem os mais prováveis. As características do comércio bilateral dependem do padrão dos custos de transporte (e de uma forma mais lata, das diferenças na procura), se bem que o caso que corresponde melhor ao mundo real - quando existem barreiras ao comércio mas são menores entre países com factores de produção similares- siga o padrão de comércio "intuitivo" (ob. cit., p. 10).

Raciocínios semelhantes aos que são feitos para o comércio bilateral no contexto do modelo HO têm sido propostos para a teoria neo-factorial (NF) (veja-se Heller, 1976, Khanna, 1982, ou Havrylyshyn, 1987). Ou seja, no contexto desta teoria- que evidencia a importância da composição qualitativa da força de trabalho- é de esperar que a qualidade intrínseca do trabalho utilizado divirja consoante o parceiro comercial. Com padrões de comércio "intuitivos", deve verificar-se a existência de vantagem comparativa em produtos de indústrias intensivas em trabalho relativamente menos qualificado no caso dos países mais

desenvolvidos, mas vantagem comparativa em produtos intensivos em trabalho relativamente mais qualificado no caso dos parceiros menos desenvolvidos.

Diversos investigadores verificaram a existência de um comércio de natureza bilateral em estudos para países semi-desenvolvidos, ou em etapas intermediárias do desenvolvimento de países actualmente desenvolvidos (caso do Japão) (10). Na sua maioria, estes estudos limitam-se a descrever o fenómeno observado, não fornecendo sequer confirmação estatística do fenómeno. Estudos mais rigorosos podem ser encontrados em Tatemoto e Ichimura (1959) e Heller (1976) no caso do Japão, Khanna (1982) para a Índia, Baruh (1986) para Israel, ou em Havrylyshyn (1987) para diversos países. Em todos os casos analisados se confirmou que a dotação factorial relativa (e a qualidade do trabalho, quando analisada) se relaciona com a composição do comércio e com o destino regional das exportações (11).

## 2. Padrões de comércio bilateral no caso Português.

### 2.1. O modelo

O estado actual da teoria não fornece indicações seguras sobre como fazer o teste de padrões de comércio bilateral. Todavia, e no seguimento de estudos anteriores, parece aceitável desagregar a variável dependente por áreas de destino, e adicionar as variáveis independentes utilizadas nos testes usuais para o comércio total na forma linear aditiva. Relativamente às análises tradicionais que analisam o comércio total, esta desagregação poderá fornecer informações adicionais (12).

O estudo dos padrões de comércio de Portugal com a CEE e os PALOP (de bens manufacturados) foi feito com base nos modelos HO e NF (13).

A equação que traduz o modelo HO é a seguinte:

$$(X-M)_{ij} = a_0 + a_1 K_{ij} + a_2 L_{ij} \quad (1)$$

em que  $i$  é a  $i$ -ésima indústria e  $j$  a área de comércio analisada (CEE ou PALOP),  $(X-M)$  são as exportações líquidas,  $a_0$ ,  $a_1$  e  $a_2$  são parâmetros,  $K$  o stock de capital físico e  $L$  a quantidade de trabalho.

Para a análise empírica do modelo NF, a não-homogeneidade do trabalho é captada através da divisão da força laboral, para cada indústria, em dois níveis de qualificação:

$$(X-M)_{ij} = a_0 + a_1 K_{ij} + a_2 LU_{ij} + a_3 LS_{ij} \quad (2)$$

em que  $LU$  é a quantidade de trabalho não-qualificado (operários) e  $LS$  a quantidade de trabalho qualificado.

Com qualquer um dos modelos procedemos ainda à estimação separada das importações e das exportações, o que deve em princípio corroborar a análise feita através das exportações líquidas. Por exemplo, no caso do comércio de Portugal com a CEE, espera-se, com base em estudos anteriores e no conhecimento da dotação factorial relativa Portuguesa (v. infra 2.2), a identificação de VC na utilização intensiva de trabalho. Então, o coeficiente da variável que mede a intensidade em trabalho deve ser não-negativo na equação das exportações e não-positivo na equação das importações; no caso da variável que mede a intensidade em capital, o sinal esperado do coeficiente será não-positivo na equação das exportações e não-negativo na equação das importações.

Em Anexo, descrevemos as variáveis utilizadas e respectiva fonte estatística.

Outros factores, peculiares a um país ou grupos de países, afectarão a formação da vantagem comparativa/padrão de comércio externo de Portugal. Entre outros, fortes restrições de natureza quantitativa/burocrática no comércio externo dos PALOP, tanto do lado das importações como do lado das exportações. Em particular, em Angola, o país com mais importância no comércio Português com os PALOP, o regime das importações tem ainda estado condicionado pelas

receitas obtidas com a exportação de petróleo (14). No caso da CEE, estudos anteriores confirmaram que factores de natureza tecnológica (nomeadamente a capacidade a "adaptar"-por contraposição à capacidade a "inovar" peculiar aos países mais avançados) e a incorporação de trabalho humano (trabalho qualificado) com níveis de qualificação relativamente mais elevados, estão positivamente relacionados com o padrão do comércio externo Português (15).

A especificação seguida resulta de diversos motivos: o objectivo central desta fase do trabalho consiste na identificação de tendências partilhadas, de uma forma geral, pelos blocos analisados; a introdução de restrições ao comércio em modelos de vantagem comparativa levanta problemas teóricos importantes que extravasam o objectivo central desta análise (16); finalmente, a teoria do comércio bilateral não tem sido estudada, por enquanto, no contexto das designadas "novas teorias do comércio internacional", que incorporam a influência das economias de escala e diferenciação monopolística dos produtos, e o impacte das novas tecnologias.

## 2.2. Os resultados

Os quadros 1 e 2 indicam os resultados da estimação das equações das exportações líquidas e das exportações, respectivamente, no caso do comércio com a CEE e os PALOP.

Omitimos os resultados da estimação das equações das importações, porque a capacidade explicativa da variação desta variável dependente revelou-se demasiado baixa. Isto é certamente o resultado de a especificação escolhida não incluir factores importantes. Aliás, conclui-se em estudos anteriores (17) que o capital e a incorporação de tecnologia líder determinam também as importações provenientes da CEE. No caso dos PALOP, saliente-se a actual desarticulação do seu aparelho produtivo, que é causa, pelo menos em parte, de uma acentuada debilidade das importações provenientes desta

1)  
 QUADRO 1: PADRÕES DE COMÉRCIO BILATERAL (1980-1987)  
 -Exportações líquidas-

Var. Dep:	PORTUGAL-CEE				PORTUGAL-PALOP				PADRÃO OBSERVADO	
	(X-M)		SINAIS		(X-M)		SINAIS			
	IO	NI	Espe-Verifi- rados	cados	IO	NI	Espe-Verifi- rados	cados		
Var. Indep.										
Const	-1.27 (4.49)	-0.67 (2.27)			-0.15 (0.92)	-0.25 (1.45)				
K	-1.35 (6.75)	-0.89 (4.26)	-	-	0.50 (4.20)	0.45 (3.42)	+	+		
L	0.97 (13.75)	—	+	+	0.24 (4.25)	—	-	-		
LU	—	0.13 (11.75)	+	+	—	0.19 (2.77)	-	-		
LS	—	-0.31 (4.39)	-	-	—	0.90 (2.25)	+	+		
R <sup>2</sup>	0.51	0.58			0.53	0.54				
SE	2.87	2.68			0.14	0.14				
F	82.25	70.40			87.51	59.53				

1) Os números entre parêntesis referem-se à estatística "t corrigida" sugerida por White (1980)

2) Padrão de comércio mais intensivo em trabalho (não qualificado) com países mais desenvolvidos, e mais intensivo em trabalho qualificado e em capital com países menos desenvolvidos.

3) Padrões de comércio bilateral idênticos

INTUITIVO  
 INTUITIVO+NEUTRAL<sup>3)</sup>

QUADRO 2: PADRÕES DE COMÉRCIO BILATERAL (1980-1987)  
-Exportações-

Var. Dep.	PORTUGAL-CEE				PORTUGAL-PALOP				PADRÃO OBSERVADO
	X	SINAIS	FADRÃO OBSERVADO	X	SINAIS	FADRÃO OBSERVADO	X	SINAIS	
Var. Indep.	IO	NF	IX	NF	IX	NF	IX	NF	
Const	0.41 (1.91)	0.78 (3.49)	0.14 (0.99)	-0.89 (0.74)	0.60 (5.01)	0.54 (3.96)	0.27 (4.47)	0.23 (3.08)	
K	-0.62 (2.47)	-0.33 (1.25)	-	-	-	-	-	-	
L	0.90 (6.62)	—	+	—	+	—	+	+	
LU	—	0.11 (7.04)	+	+	+	+	+	+	
LS	—	-0.16 (2.00)	-	-	-	-	-	-	
R <sup>2</sup>	0.63	0.66	0.67	0.68	0.67	0.68	0.67	0.68	
SE	2.31	2.22	0.12	0.12	0.12	0.12	0.12	0.12	
F	135.88	101.52	156.40	105.40	156.40	105.40	156.40	105.40	

1) Os números entre parêntesis referem-se à estatística "t corrigida" sugerida por White (1980)

2) Padrão de comércio mais intensivo em trabalho (não qualificado) com países mais desenvolvidos, e mais intensivo em trabalho qualificado e em capital com países menos desenvolvidos.

3) Padrões de comércio bilateral idênticos

INTENSIVO+NEUTRAL<sup>3)</sup>



zona, para além de ter contribuído para respostas internas específicas ao nível das políticas com forte incidência no seu comércio externo, conforme referimos. Justifica-se, portanto, o desenvolvimento deste tema em trabalhos posteriores.

A avaliação do grau de "significância" das variáveis foi feita a partir dos desvios padrão de White (1980), que fornecem estimações consistentes do desvio padrão dos coeficientes da regressão, mesmo que os resíduos sejam heteroscedásticos por qualquer razão não identificada.

Os resultados obtidos confirmam a hipótese geral de que a composição do comércio Português de bens manufacturados diverge consoante os países de destino.

Assim, no caso da CEE, a composição do comércio exprime um padrão "intuitivo". Reflectindo a escassez relativa em capital físico e em trabalho qualificado e abundância relativa em trabalho não-qualificado, o padrão de comércio Português face à CEE entre 1980 e 1987 evidencia (18):

-vantagem comparativa em produtos de indústrias intensivas em trabalho, em particular as que utilizam trabalho não-qualificado;

-desvantagem comparativa em produtos de indústrias intensivas em capital físico e em trabalho qualificado.

A análise separada das exportações confirma o padrão descrito: Portugal exporta para a CEE bens relativamente mais trabalho-intensivos e incorporando pouco capital humano.

No que se refere ao padrão de comércio Português face aos PALOP, todos os factores de especialização considerados, i.e., capital físico e trabalho, não qualificado e qualificado, se revelaram importantes, tanto na equação das exportações líquidas como na equação das exportações.

Os resultados para os PALOP não encontram justificação na teoria.

Dado que a abundância/escassez de factores produtivos nacionais relativamente aos PALOP é oposta à que se verifica face à CEE, um padrão de comércio "intuitivo" indicaria a

existência de vantagem comparativa vis-a-vis os PALOP em produtos de indústrias intensivas em capital físico e em trabalho qualificado.

Ora, a análise não rejeita o padrão "intuitivo", mas indica que também outros produtos, pertencentes a um padrão "neutral" (i.e., igual ao da CEE) estão presentes nas exportações Portuguesas para estes países Africanos.

O padrão observado no comércio Português com os PALOP deve estar relacionado com a desarticulação do aparelho produtivo destes países, que os tornam dependentes daquilo que Portugal lhes fornece de acordo com um padrão de comércio "intuitivo", e ainda de produtos que Portugal exporta mas que, em circunstâncias normais, esses países poderiam produzir segundo os seus factores específicos de especialização interna. O modelo NF tem um fraco contributo para a capacidade explicativa do modelo global (a pequena subida do  $R^2$  deve resultar da adição de mais uma variável), o que, indirectamente, confirma a possibilidade de este comércio responder mais a factores de "carência" do que a factores de especialização.

A identificação de padrões bilaterais no comércio Português permite retirar algumas ilacções de política económica relevantes na actual conjuntura.

Análises sobre a evolução recente do comércio Português com os PALOP têm identificado a diminuição recente de exportações Portuguesas baseadas na exploração intensiva do factor trabalho (texteis e vestuário) (19), o que tem sido analisado como uma confirmação pessimista da perda de competitividade das exportações Portuguesas nesses mercados. Ora, resulta da teoria do comércio bilateral que as exportações para países com dotação relativa em trabalho superior à Portuguesa podem ser intensivas em capital e/ou em trabalho qualificado. Assim, a redução do fluxo de exportações tradicionais para tais destinos, ao invés de traduzir uma penalização da exploração das vantagens comparativas Portuguesas, pode (pelo menos potencialmente) representar um melhor ajustamento e adequação às vantagens

comparativas de Portugal relativamente a esses países- baseadas em produtos intensivos em capital e em trabalho qualificado. Um comércio com esta natureza confirmaria e ampliaria o padrão "intuitivo", com vantagens óbvias para o País.

Conclui-se ainda que o comércio externo Português não deve ser identificado com o padrão de comércio com a CEE. Políticas que visem promover as exportações devem atender aos mercados de destino (actuais e potenciais), explorando as vantagens comparativas mais adequadas em cada caso.

Notas

- (1) Países Africanos de Expressão Portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe).
- (2) Veja-se Moura Roque, Fontoura e Barros (1990) para referências.
- (3) Em 1987, 70.9 % das exportações portuguesas destinaram-se à CEE e 2 % aos PALOP. Do lado das importações, a CEE e os PALOP representaram 63.4% e 0.4 % do total, respectivamente.
- (4) Padrão da vantagem comparativa é a estrutura dos preços relativos de autarcia; sobre a relação entre o padrão da vantagem comparativa e o padrão de comércio, veja-se Deardorff, 1984, pp. 470-75.
- (5) Para uma análise destes factores com base nas principais teorias do comércio, veja-se Moura Roque, Fontoura e Barros (1990).
- (6) Para uma análise desta problemática num mundo com muitos bens e factores, veja-se Ethier (1984).
- (7) Cf. Deardorff, 1987, p.9.
- (8) Para uma generalização do teorema HO com qualquer número de bens, factores e países, com e sem igualização do preço dos factores (versão fraca da Lei da Vantagem Comparativa), veja-se Deardorff (1982).
- (9) Havrylyshyn (1987) observou que, no caso de um país de desenvolvimento intermédio, uma afectação racional de recursos na produção pode implicar a produção de uma gama pequena de bens. Isto favorece a importação de bens intensivos em capital de países mais industrializados, enquanto bens intensivos em trabalho são importados de países mais atrasados. Contudo, a especialização pouco diversificada pode dificultar a exportação de bens trabalho intensivos para os países mais industrializados, e de bens capital intensivos para os países menos industrializados. O direccionamento bilateral das exportações torna-se mais provável com políticas comerciais que favoreçam o alargamento da base produtiva.
- (10) Veja-se Khanna (1982) para referências.
- (11) Para uma confirmação empírica do comércio bilateral no contexto do modelo NF, veja-se Tyler (1972), Heller (1976), Amsden (1980), Khanna (1982), Baruh (1986) ou Havrylyshyn (1987).

(12) A própria selecção da variável dependente é controversa (v. Ballance et al., 1987, para um resumo dos principais indicadores). Existe no entanto um consenso alargado na utilização das exportações líquidas.

(13) Veja-se Moura Roque, Fontoura, e Barros (1990) para uma análise destes modelos.

(14) Veja-se Moura Roque e Fontoura (1991)

(15) Veja-se Moura Roque, Fontoura e Barros (1990)

(16) Veja-se Courakis, Moura Roque e Fontoura (1991)

(17) Veja-se Courakis e Moura Roque (1986)

(18) Conforme Leamer e Bowen (1981) mostraram, os sinais dos coeficientes não nos fornecem, de uma forma geral, indicações sobre abundância/escassez factorial, mas a dotação factorial relativa de Portugal indicada tem sido consensual.

(19) Veja-se Ferreira (1990).

Anexo

As variáveis - e respectivas fontes estatísticas- utilizadas nas equações (1) e (2) do texto são as seguintes

- X- Exportações (valor a preços constantes de 1980)  
Fonte: INE
- M- Importações (valor a preços constantes de 1980)  
Fonte: INE
- K- Stock de capital físico (valor a preços constantes de 1980)  
Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP) do MIEE.
- LU-Quantidade de trabalho não-qualificado (operários)  
Fonte: INE
- LS-Quantidade de trabalho qualificado  
Fonte: INE

A amostra utilizada é "pooled" ("time-series" e "cross-section"), com base em 20 indústrias (segundo classificação fornecida pelo GEP do MIEE) para cada um dos 8 anos, de 1980 a 1987.

### Bibliografia

Amsden, A. (1980), "The Industry Characteristics of Intra-Third World Trade in Manufactures", Economic Development and Cultural Change, vol.29.

Baldwin, R. (1979), "Determinants of Trade and Foreign Investment: Further Evidence", Review of Economics and Statistics, vol. 61, nº 1, pp. 40-48.

Ballance, R. Forstner, H. e Murray, T. (1987), "Consistency Tests of Alternative Measures of Comparative Advantage", Review of Economics and Statistics, vol. 69, Fev. pp. 157-161.

Baruh, J. (1986), "Factor Proportions in Israel's Manufacturing Trade, 1956-1982", Journal of Development Economics, 24, pp. 131-139.

Bhagwati, J. (1972), "The Heckscher-Ohlin Theorem in the Multi-Commodity Case", Journal of Political Economy, vol. 80, pp. 1052-1055.

Courakis, A. e Moura Roque, F. (1986), "On the Informational Content of "Technology" Variables in Explaining Trade Patterns", UICI, Working Paper, nº 2, Abril.

Courakis, A. Moura Roque, A. e Fontoura, P. (1991). "The Impact of Protection on the Evolution of the Portuguese Pattern of Trade:; 1974-86", Working Papers, nº 162, FE, Universidade Nova de Lisboa

Deardorff, A. (1979), "Weak Links in the Chain of Comparative Advantage", Journal of International Economics, vol. 9, pp. 197-209.

Deardorff, A. (1980), "The General Validity of the Law of Comparative Advantage", Journal of Political Economy, vol. 88, pp. 941-957.

Deardorff, A. (1982), "The General Validity of the Heckscher-Ohlin Theorem", American Economic Review, vol. 72, pp. 683-694.

Deardorff, A. (1984), "Testing Trade Theories and Predicting Trade Flows", em R. Jones e P. Kenen (eds.) Handbook of International Economics, in R. Jones e P. Kenen (eds.), pp. 468-517.

Deardorff, A. (1987), "The Directions of Developing-Country Trade: Examples of Pure Theory", in Havrylyshyn, O. (ed.) Exports of Developing Countries, How Direction Affects Performance, The World Bank, Washington, pp. 9-20.

Ethier, W. (1984), "Higher Dimensional Issues in Trade Theory", em R. Jones e P. Kenen (eds.), Handbook of International Economics, vol. 1, pp. 131-184.

Ferreira, M. E. (1990), Angola-Portugal, do Espaço Económico Português às Relações Pós Coloniais, Esher, Coleções Estudos sobre Africa, nº 1.

Leamer, E. e Bowen, H. (1981), "Cross-Section Tests of the Heckscher-Ohlin Theorem: Comment", American Economic Review, vol. 71, n. 5, pp. 1040-1043.

Havrylyshyn, O. (1987), "Evidence of Differences between South-South Trade and South-North Trade", in Havrylyshyn, O. (ed.) Exports of Developing Countries, How Direction Affects Performance, The World Bank, Washington, pp. 23-40. ||

Havrylyshyn, O. e Wolf, M. (1987), "What Have we Learned About South South Trade?" , in Exports of Developing

Countries, How Direction Affects Performance, The World Bank, Washington, pp. 149-165.

Heller, P. (1976), "Factor Endowment Change and Comparative Advantage: The Case of Japan, 1956-1969", The Review of Economics and Statistics, vol. 58, pp. 283-292.

Jones, R. (1956), "Factor Proportions and the Heckscher-Ohlin Theorem", Review of Economic Studies, vol. 24, pp. 1-10.

Khanna, A. (1982), "Testing for the Direction of Exports, India's Exports of Manufactures in the 1970s", World Bank Staff Working Papers, nº 538, The World Bank, Washington.

Kierzkowski, H. (1987), Comment to Deardorff (1987).

Krueger, A. (1977), "Growth, Distortions and Patterns of Trade among Countries", Princeton Series, vol. 40, Princeton: Princeton University Press.

Moura Roque, F. e Fontoura, P. (1991), "Regime Comercial em Angola: Caracterização e Reforma", Working Papers, FE, Universidade Nova de Lisboa, a aparecer em breve.

Moura Roque, F., Fontoura, P. e Barros, P. (1991), "Teorias do Comércio Internacional e Padrão de Especialização da Indústria Transformadora Portuguesa: 1973-82", Economia, nº 1, vol XIV, pp. 13-50.

Tatemoto, M. e Ichimura, S. (1959), "Factor Proportions and Foreign Trade: The Case of Japan", The Review of Economics and Statistics, vol. 61, pp. 442-446.

Tyler, W. (1976), "Manufactured Export Expansion and Industrialization in Brazil", Kiel Study, 134.



White, H. (1980), "A Heteroscedasticity-Consistent Covariance Matrix Estimation and a Direct Test for Heteroscedasticity", Econometrica, vol.438, n<sup>o</sup> 4, pp.817-833.